

## TESES AO XVI CONGRESSO DO PCB

### CONTRIBUIÇÃO DE UM COMUNISTA SEM PARTIDO

*Haroldo Abreu*

Inicialmente, quero manifestar a minha satisfação de participar e, se possível, dar uma pequena contribuição neste importante momento de reflexão prático-revolucionária que representa o congresso de PCB. Um congresso de comunistas é sempre importante para a luta dos trabalhadores e dos povos alienados, explorados e oprimidos pelo capital, e este XIV Congresso é especialmente importante para nós trabalhadores e comunistas brasileiros.

1. As teses congressuais, em seu conjunto, representam a reabertura de uma porta, que para muitos parecia definitivamente fechada, rumo a construção de alternativas práticas e concretas teleologicamente orientadas à superação dialética das barreiras societárias interpostas pelo capital e por suas diversas personificações ideológicas e políticas. Este momento de reflexão e formulação pode representar também uma importante contribuição ao progresso da humanidade em busca de uma ordem social mais elevada, e objetivamente possível, na qual os homens possam afirmar a sua liberdade mais autêntica, ou seja, a livre realização social em condições de igualdade num mundo mais fraterno. A recuperação deste verdadeiro espírito comunista, sem ignorar as dificuldades do momento histórico em que vivemos e sem ufanismo, parece presidir as análises e sínteses das teses congressuais.

2. O conjunto das teses demonstra também uma correção e uma fidelidade ao que foi enunciado por Marx e Engels no Manifesto Comunista, quando partindo do desenrolar histórico-concreto das lutas de classes sob o capital, afirmam: “os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de todos os países, aquela fração que sempre os impele para frente; que teoricamente tem sobre o resto da massa a vantagem de compreender as condições, a marcha e os resultados gerais do movimento proletário”. O que significa reconhecer que os comunistas constituem a vanguarda intelectual e moral do movimento político-ideológico do trabalho frente ao movimento do capital, sempre reconhecendo a sua real diversidade e sempre visando à necessária unidade fraternal e política da classe, mas sem abrir mão da finalidade de dirigir os rumos do movimento proletário com o aporte permanente do conhecimento dialético materialista da história que permite o debate esclarecedor das condições, da marcha e dos resultados que devem presidir as lutas da classe. A recuperação deste sentido histórico do movimento comunista já é uma grande vitória deste XIV Congresso.

3. Considerando que a realidade em permanente movimento é sempre mais rica do que as nossas possibilidades de apreendê-la em sua totalidade com suas múltiplas determinações e complexas mediações

entre suas diversas esferas e situações, precisamos reconhecer que ainda temos muito que avançar na compreensão do capitalismo, com sua crise estrutural e uma brutal ofensiva contra as conquistas do trabalho. Assim como precisamos aprofundar o conhecimento do movimento socialista, com todas as suas contradições e insuficiências, especialmente depois do esgotamento das experiências do chamado “socialismo real” e de muitas das alternativas postas ainda hoje para as massas proletárias. Este é um longo caminho que exige extrair do movimento real todas suas determinações e implicações que permitem fazer avançar a consciência de classe e a reconstrução do movimento comunista como teleologia revolucionária em busca da emancipação social dos trabalhadores e de toda a humanidade. Neste sentido, não podemos perder de vista a necessidade de aprofundar as investigações sobre as condições históricas que impuseram às experiências revolucionárias derrotas e recuos. Sobretudo no plano da luta hegemônica, estas derrotas e recuos nos colocam hoje em uma defensiva histórica jamais vivenciada. Desde a emergência dos movimentos proletários na década de 1840 até a derrota da Unidade Popular chilena na década de 1970, vivíamos internacionalmente a um passo de passar da defensiva à ofensiva, ao contrário das últimas décadas, caracterizadas por uma defensiva frágil na frente ideológico-cultural, além de desarticulada no plano político-orgânico. Não podemos desconhecer que, ao longo de mais de 130 anos, a passagem da defensiva à ofensiva pelo movimento proletário-socialista só era impedida pela repressão massiva e sangrenta, fosse por meio dos aparelhos de coerção do Estado direito burguês, fosse pelo que se tornou freqüente após a Revolução Russa: o recurso à ditadura aberta e às diferentes formas de fascismo. Hoje, a nossa defensiva está centrada no plano político-ideológico ante a esmagadora hegemonia do capital. A reprodução do capital se processa sem grande resistência de massa e não precisa, neste momento, de nos colocar na ilegalidade ou de reprimir sistematicamente os movimentos proletários e populares.

4. Esta defensiva nos coloca a necessidade de refletir mais sobre as alternativas postas pelo capital ao longo daqueles 130 anos, construindo as bases materiais e ideológicas da sua atual hegemonia. Com base nesta força material e ideológica pré-constituída e ampliada nas últimas décadas, a ofensiva do capital vem destruindo as conquistas civilizadoras das relações de classes, com o beneplácito de muitos dirigentes sindicais e partidários formados na tradição político-cultural da esquerda e diante de uma quase paralisia do movimento proletário e socialista que, em larga medida, foi submetido a esta hegemonia, o que pode ser demonstrado com o grande número de militantes e organizações aderindo a esta ofensiva regressista como se ele fosse “a única alternativa”. Grande parte da antiga esquerda sofreu um processo de transformismo e cooptação que tem no PT um caso exemplar, mas que também atingiu o movimento comunista mundial, pensemos na experiência do PDS italiano (antigo PCI), dos múltiplos partidos surgidos do PCURSS e do próprio PPS em relação ao antigo PCB, aqui entre nós, que aderiram aos fundamentos do capital buscando liquidar o espírito comunista e a dialética materialista da história. Se, ao longo destas últimas três décadas, presenciamos uma brutal ofensiva do capital que teve no neoliberalismo seus traços políticos e econômicos mais marcantes, vivemos também uma crescente ofensiva contra a identidade e consciência de classe,

especialmente contra os fundamentos desta no trabalho, objetivando a crença de que a sociedade (mistificada como pós-industrial, pós-contratual ou pós-moderna e não mais capitalista) não teria mais no trabalho a sua substância última e que toda e qualquer atividade humana nunca teve a capacidade de por alternativas de futuro, o que justificaria os slogans mistificados e mistificadores do fim das ideologias e o próprio fim da história. Quantos militantes das diversas vertentes socialistas e comunistas não acreditaram neste canto da sereia e no misticismo burguês. Cabe-nos pensar se esse amplo transformismo não teve também uma porta aberta na própria política de arregimentação e formação dos militantes pelos partidos e movimentos, certamente insuficiente frente à ofensiva ideológica do capital contra o trabalho e contra as possibilidades de um vir-a-ser socialista e comunista. Cabe perguntar: eram estes militantes conscientes de que este vir-a-ser está presente nas atuais condições de existência e nas contradições do modo de produção capitalista. Estavam eles conscientes de que os homens fazem a história, embora não a façam como querem, o que exige considerar e enfrentar as condições pré-constituídas, como demonstrou Marx no 18 Brumário. Será que estes militantes não eram formados apenas para a luta pelo poder estatal, desconhecendo a dialética da história do ser social que põe o comunismo como uma alternativa objetivamente possível de emancipação do trabalho e da humanidade? Os dirigentes e militantes estavam conscientes de que o poder estatal é parte vital da estratégia revolucionária, mas não o seu fim último? Sem o conjunto dessas premissas conscientemente exercidas como convicção, a prática política e orgânica permite as diferentes formas de carreirismo, arrivismo e oportunismo. Por isso, nós comunistas não podemos deixar de responder política e culturalmente a estas questões, assim como não podemos deixar de desmistificar os valores, as crenças e as apologias travestidas como “conhecimentos científicos” pelos intelectuais orgânicos do capital.

5. Estas questões nos remetem aos supostos básicos do conjunto das teses, especialmente da Tese 3, Estratégia e Tática da Revolução Socialista no Brasil. Uma leitura atenta desta, em suas relações com as demias, nos demonstra que o socialismo é apreendido como superação histórica do capital na propriedade social dos meios de produção, com a universalização do bem-estar e de todas as conquistas culturais da humanidade em condições de crescente igualdade, objetivando a transição socialista para a emancipação do proletariado e de todos os segmentos subalternos ao capital na sociedade comunista. Trata-se, portanto, da objetivação de um processo histórico que supõe “a conquista do poder político pela classe operária e seus aliados fundamentais, organizados no bloco histórico do proletariado”. Entretanto, a redação desta tese, sobretudo no parágrafo 2, apresenta o poder político como objetivo estratégico posto pelo partido para a classe operária como objetivo central para a transição socialista cujo objetivo final seria a emancipação comunista, quase estabelecendo um novo etapismo revolucionário. Assim como os parágrafos 78 e 79 falam de contra-hegemonia, bloco histórico do proletariado, duplo poder, construção do poder proletário/popular e outras categorias afins. Cabe aqui algumas indagações:

1ª) A finalidade central e estruturadora da estratégia do partido é a conquista do poder pelo proletariado sob a direção comunista? Ou, ainda que considerando a conquista do poder como uma condição necessária

embora não suficiente, a finalidade central e estruturadora da estratégia comunista é a de universalizar alternativas políticas, orgânicas e culturais capazes de fomentar e dirigir a luta do proletariado contra a exploração capitalista e contra todas as formas de alienação do trabalho, com seus rebatimentos nas diversas formas da reprodução social? **Não seria essencial afirmar que as lutas contra todas as formas de exploração do trabalho e de alienação humana são elementos constitutivos e permanentes da teleologia e da objetivação comunista** (para além de qualquer conjuntura particular, pois esta pode e deve condicionar a intensidade e a extensão destas lutas pela emancipação, mas nunca anulá-las)? Certamente esta permanente objetivação histórica supõe mais que a conquista do poder político pelo proletariado, cuja emancipação supõe também uma progressiva superação das carências materiais e culturais (que atravessa todas as lutas contra o capital e vai além) associada à progressiva socialização do poder (constituindo-se progressivamente como autogoverno, com a correspondente superação dos aparatos coercitivos e burocráticos que fazem do poder uma força estranha aos homens produtores). Neste sentido, a luta contra as carências deixa de ser concebida como uma etapa econômica (corporativo da classe em si) que antecederia o momento político (do poder da classe para si). Na realidade, precisamos falar de carências, de necessidades, como um todo (econômicas, políticas, culturais etc.), como partes inseparáveis da superação dialética do reino das necessidades no reino da liberdade, portanto, como um movimento de emancipação. Deste modo, se o ponto de partida é o enfrentamento das carências imediatas das massas (salário, miséria, degradação, violência da criminalização, condições de trabalho, direitos coletivos etc.), que raramente são superadas pela luta imediata, a carência de ser senhor de seu destino social – o que supõe cultura revolucionária e poder – sempre se fazem presentes, ainda que ocultas. Mas, para por uma direção socialista (com a finalidade de emancipação social) às lutas imediatas, o militante comunista precisa estar capacitado para agir como sujeito mediador e educador da unidade de carências, sempre considerando as condições reais do movimento em sua totalidade. Não podemos esquecer nunca que o comunismo é um movimento histórico pela emancipação do trabalho e da humanidade, portanto, um movimento de superação do reino da necessidade no reino da liberdade, por isso a luta começa pelas necessidades mais imediatas e sentidas das massas, mas jamais se limita a estas. Comunismo é, antes de tudo um movimento histórico, não o fim da história ou, muito menos, pode ser reduzido a um simples regime político. É preciso reafirmar sempre que o comunista é um combatente pela libertação de homens concretos em situações concretas e não defensor de um poder hierarquizado, sobreposto e estranho aos homens produtores dotados apenas de direitos abstratos. Desta forma nos diferenciamos tanto da política burguesa quanto dos aliados que lutam apenas pelo poder estatal ou visam apenas melhores condições de reprodução (não a real emancipação) dos que produzem a vida social.

2ª) Se o partido se propõe fomentar, organizar e dirigir as lutas do “proletariado e aliados fundamentais”, nas atuais condições histórico-concretas, é urgente investigar quem constitui o proletariado, quem são efetivamente estes aliados e qual o grau de antagonismo deles com o capital, a ponto de torná-los capazes de se inserir como sujeitos efetivos em uma aliança de forças sociais ou em um bloco histórico anticapitalista.

Não há uma clara reflexão nas teses sobre este ponto, especialmente sobre como a divisão hierárquica do trabalho e do poder submetida ao capital condiciona a estrutura de classes na sociedade brasileira, já que é o lugar ocupado na divisão do trabalho e do poder que permite afirmar quais as classes e frações de classe que apresentam antagonismo com o capital e um potencial protagonismo histórico anticapitalista. Tomemos um exemplo: o protagonismo dos segmentos flutuantes do “exército de reserva”, que os “analistas de mercado” chamam de “trabalho informal”. Este segmento, que se personifica através de múltiplas atividades periféricas da produção, circulação e realização do capital, é constituído por trabalhadores pauperizados, sem reconhecimento legal e sem formas de representação e organização, além de frequentemente criminalizados. São trabalhos contabilizados quando contribuem para reduzir custos do capital e criminalizados quando as alternativas de subsistência competem com os monopólios e outros segmentos do capital. Nestas condições, embora não produtores de mais-valia, eles são constitutivos de um proletariado flutuante que reproduz e realiza o capital. Certamente estes milhões de trabalhadores não podem ser definidos como lúmpens e vale lembrar que eles constituem uma ampla base de arregimentação dos movimentos que crescem no Brasil hoje, como o próprio MST.

3ª) Há múltiplas referências a alianças, frentes e bloco histórico que parecem partir apenas das forças que já se expressam na arena política, sem considerar a complexidade das mediações estruturais e político-ideológicas que se sintetizam nestas forças. Como não temos estas mediações e articulações, além da ausência de uma análise da estrutura hierárquica das classes e frações de classe, fica difícil falar de bloco histórico proletário-socialista, nacional-popular ou outro. Neste momento, as teses devem especificar melhor que um possível bloco histórico sob hegemonia proletária e socialista é uma alternativa possível que deve ser mais trabalhada e amadurecida teórica e politicamente, além de colocar na ordem do dia a centralidade da unidade política de todos os segmentos sociais e políticos que apresentam um antagonismo com o capital e a necessária unidade dos comunistas, condições primárias para a construção de um futuro bloco histórico proletário-socialista, ou melhor, proletário-popular sob hegemonia comunista. É fundamental, também, unificar a linguagem buscando categorias que expressem o movimento real e as suas possibilidades concretas. Neste sentido, faz-se necessário especificar melhor as frentes de ação política e de massas, além dos partidos e movimentos políticos que tendem a um protagonismo anticapitalista. Especialmente quanto às possibilidades de construção de uma frente estratégica com uma teleologia revolucionária claramente socialista, já que uma frente de luta não se constrói independente da prática concreta dos sujeitos. O mesmo se faz necessário em relação às frentes táticas para a realização de tarefas nacionais-populares, que são constitutivas da luta estratégica, ainda que alguns de seus protagonistas não lutem pelo socialismo, como encontramos nas mobilizações em defesa das riquezas nacionais, da integridade territorial, de medidas distributivas da riqueza nacional, de política provedoras de bem-estar, de maior participação popular nos processos decisórios etc, lutas que, além de necessárias, contribuem para a politização das massas populares e para a construção do protagonismo destas. Mas as teses parecem apontar para uma dicotomia entre o nacional-popular e o socialismo. Faz-se necessário deixar claro que as lutas nacionais-populares são

constitutivas das lutas contra o império do capital, ao confrontar a hegemonia monopólio-imperialista mundial e as políticas dirigentes, além de abrir espaços para a mobilização das massas proletárias, portanto, constitutivas de uma estratégia socialista.

6. As dificuldades para pensarmos um bloco histórico popular sob hegemonia proletária e socialista nos remetem também às condições da luta hegemônica. Há um consenso entre os autênticos socialistas que a lógica do capital e a ideologia burguesa, com suas estratégias de reprodução social, são hoje claramente hegemônicas, como talvez nunca tenham sido no passado. Mas este consenso acaba aqui. Raramente pensamos as bases materiais e os móveis ideológicos e políticos dirigentes do capital e de como estes conseguem se plasmar na realidade, na dinâmica da reprodução do trabalho e no senso comum de todos os segmentos que não personificam o capital em suas atividades cotidianas. O domínio econômico mundial do capital enraizou e universalizou na sociedade o reino da mercadoria, transfigurando a reprodução da vida humana, especialmente dos trabalhadores assalariados forçados à venda de sua força de trabalho, mediadas por relações de mercado e de domínio privado, no qual as relações entre os homens aparecem sob a forma de relações entre coisas (MARX). Este reino substitui o sentido humano da vida social pelo cálculo de utilidades em relação às mercadorias que condicionam a subsistência, que transfiguram a apropriação humana da natureza e dos valores socialmente produzidos em apropriação privada e acumulação coisificada, o que permite o desenvolvimento de um modo de pensar a vida social tendencialmente utilitarista (egoísta, imediatista, privatista, carreirista, competitivo e hedonista), portanto, subordinando a reprodução imediata da vida à racionalidade interesseira do capital e do mercado. Esta reprodução social da vida subordinada ao reino da mercadoria, sem a interferência de uma teoria e de valores críticos e revolucionários, termina por coisificar e naturalizar as relações sociais, suas instituições, a cultura e a própria práxis social como algo exterior e estranho à vida humana, como uma segunda natureza cuja força cega domina as alternativas e as escolhas dos homens em suas formas particulares e imediatas. Com base nesta sociabilidade, basta à burguesia e aos seus intelectuais orgânicos, através de seus múltiplos aparelhos de hegemonia (desde as escolas, passando pelo conjunto de instituições empresariais, civis e políticas, até os diversos meios de massificação cultural), reiterar este modo de reprodução da sociabilidade coisificada com seus valores e alternativas dadas, além de ocultar suas contradições mistificando suas pseudo-virtudes. Com base na atual supremacia desta materialidade que universaliza e condiciona o processo de reprodução social, além da grande concentração de recursos (econômicos, políticos e ideológicos) nas mãos da burguesia, esta não vê mais necessidade de um partido político (orgânico-burguês) hegemônico, além de cooptar e fazer uso dos partidos “de esquerda” (ou com bases populares) para gerir os seus negócios de Estado. Infelizmente, não é possível aprofundar agora esta questão, o essencial aqui é o fato de que uma estratégia que supõe a constituição de uma hegemonia socialista não tem futuro sem a explicitação e desmistificação dos supostos básicos (da materialidade) da hegemonia burguesa, como parte da superação dialética das carências no processo de emancipação. As denúncias dos desmandos do imperialismo, dos monopólios, do capital

financeiro e de seus representantes políticos, assim como o simples enfrentamento dos partidos e governos conservadores, não são suficientes à autoconstrução e construção de uma hegemonia proletário-socialista. Esta é uma batalha cultural e político-ideológica de grande complexidade que exige recuperar o legado teórico-cultural do pensamento comunista e marxista, as experiências de luta, as manifestações culturais de rebeldia, diretrizes políticas de trabalho com as massas, política de formação de quadros etc. Nas teses, não há qualquer reflexão sobre o processo hegemônico, nem sobre a frente de lutas ideológica e cultural, seus instrumentos, suas vias, seus conteúdos e os intelectuais orgânicos necessários a esta luta. Política de massas, política de formação e política cultural não podem ficar de fora da estratégia (e tática) de um partido que se propõe como comunista e revolucionário. Embora estas políticas não sejam objeto deste Congresso, elas podem e devem ser refletidas e aprofundadas em outros fóruns, como conferências, e nas publicações do partido.

7. Ao longo do conjunto das teses aparecem diversas referências à democracia: defesa da democracia interna, centralismo democrático, tarefas democráticas, democracia burguesa, frente democrática etc. Mas estas referências ou não são explicitadas ou são claramente pensadas de um modo instrumental. Antes de qualquer outra consideração, precisamos apreender a história e a lógica do capital e das lutas democráticas. O ser histórico-concreto do capital é incompatível com o vir-a-ser concreto e substantivo da democracia. Em Marx, por exemplo, as poucas referências à democracia burguesa tomavam por base as conquistas obtidas pela pequena burguesia democrático-republicana (jacobino-rousseauianas). Tomando por suposto básico o trabalho subsumido ao capital, não há possibilidade de existir qualquer democracia burguesa, o suposto desta forma de subsunção é a disciplina férrea, a obediência incondicional. Desde os seus primeiros grandes ideólogos (Locke, Kant etc.), o que o pensamento burguês e liberal denomina de democracia são normas e procedimentos que garantem a obediência consentida, legitimada. E não só obediência consentida às leis e aos governos, interessa ao capital sobretudo a submissão social consentida e naturalizada dos diferentes segmentos explorados ao domínio privado-mercantil e da alienação do trabalho ao capital, mediante um contrato legitimado. A ordem burguesa mais avançada (países nórdicos) jamais ultrapassou os limites de um estado de direito com algumas franquias democráticas e algum bem-estar, que foram conquistadas com o suor e o sangue de milhões de proletários. Lembremos das lutas dos trabalhadores europeus pelo sufrágio universal, que por décadas foram reprimidas pelas classes dominantes através dos aparelhos de coerção do Estado. Lembremos das lutas por liberdade de organização e expressão inaceitáveis para os representantes do capital, além de tantas outras. Por isso, a democratização é nossa, não existe a propalada democracia burguesa. O capital, o mercado e as suas diversas personificações empresariais, intelectuais, políticas e burocráticas são unilaterais e antidemocráticos. Lembremos que democratizar em um sentido comunista significa ampliar a voz e as alternativas de escolha autônoma e soberana de quem não as tem, significa a autoconstrução de uma soberania popular e proletária, significa a emancipação social e não só política dos dominados, portanto, supõe também a superação da apropriação

privada (a que priva o trabalho e a práxis social de si e de seus produtos) na realização da propriedade social e do autogoverno dos produtores livremente associados: processo histórico que pode realizar e esgotar a democracia. Estes são alguns dos fundamentos da democracia para os comunistas e eles se contrapõem frontalmente aos fundamentos do Estado de direito burguês com algumas franquias democráticas.

8. Finalmente, pretendo fazer algumas poucas considerações sobre o internacionalismo proletário e comunista (hoje quase inexistente), considerado desde Marx e Engels, inseparável do processo revolucionário, mas que foi apenas tangenciado nas teses. Não me parece ser este o momento de aprofundar o que pode ser este internacionalismo hoje. Pretendo apenas considerar que a correlação de forças a nível mundial, hoje mais do que em épocas passadas, são decisivas para se poder passar da defensiva a ofensiva dos movimentos proletários e socialistas. Recuperando um pouco da história, lembremos que a própria revolução de 1917 teve uma forte inflexão com a derrota dos movimentos revolucionários europeus, obrigando o poder dos Soviets a tomar medidas defensivas e não previstas anteriormente, com forte impacto nos rumos da revolução. A revolução cubana encontra-se hoje estagnada e sem meios (e força) de avançar, enquanto a China vem se tornando o paraíso do capital mundial. O colapso da URSS e o enfraquecimento da fraternidade proletária e socialista no mundo, onde as organizações proletárias e socialistas nacionais operam no limite do corporativismo e do nacionalismo de mercado, inclusive com muitas aderindo a uma verdadeira xenofobia, frente a um contexto de ofensiva do capital contra o trabalho, além da existência de uma única super-potência mundial que comanda o bloco burgo-imperialista, em síntese, não nos deixa em um cenário mundial favorável. Precisamos reconhecer que neste contexto torna-se difícil um verdadeiro salto revolucionário e até mesmo uma maior articulação das lutas defensivas. Processos revolucionários mais avançados, como os que ocorrem na Bolívia, na Venezuela e outros, dificilmente poderão dar este salto da defensiva para uma ofensiva socialista sem uma ampla solidariedade internacional, sem uma correlação de forças mais favorável no cenário mundial. Neste sentido, algumas frentes do internacionalismo precisam ser assumidas como constitutiva da estratégia socialista. 1) Trabalhar pela reorganização de uma articulação mundial do mundo do trabalho (de movimentos proletários, sindicalizados ou não, e não apenas de trabalhadores socialistas, o que hoje seria insignificante), com campanhas em torno de objetivos que entram em choque com a acumulação mundial (como uma jornada semanal máxima universal de trabalho, direitos universais dos trabalhadores, solidariedade internacional às resistências etc.); 2) Buscar uma unidade mundial de comunistas e socialistas em fóruns (e se possível uma única organização) anticapitalistas e de integração da luta contra a hegemonia mundial monopólico-imperialista, com solidariedade a todas as lutas contra as carências e pela emancipação dos trabalhadores e dos povos etc; e 3) Fortalecimento das embrionárias articulações existentes, fóruns e eventos contrários à supremacia do bloco imperialista mundial, envolvendo partidos, movimentos e, até mesmo, governos em uma frente política anti-imperialista mundial. Certamente estas não são tarefas fáceis, nem viáveis no curto prazo, mas devem estar necessariamente no horizonte da estratégia revolucionária, pois sem uma mudança na correlação mundial de



forças sociais, políticas, culturais e, até mesmo, inter-governamentais não conseguiremos sair da defensiva para a ofensiva, nem teremos condições de êxito ao nos confrontarmos diretamente com o capital mundial e o bloco burgo-imperialista. O futuro do socialismo no mundo passa por um novo internacionalismo.

Espero que estas poucas linhas possam, ainda que de modo limitado, contribuir para uma maior reflexão do nosso campo político-ideológico de comunistas em busca de alternativas. Volto a parabenizar o PCB, seus militantes e dirigentes por este evento. Renovo as esperanças e o desejo que este Congresso seja coroado de pleno êxito.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2009.

Saudações comunistas.

Haroldo Abreu